

Of. Circ. Andifes n.º 002/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

Prezado(a) senhor(a) Dirigente,

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) tem acompanhado nos últimos meses o desempenho da economia brasileira e seu reflexo na execução orçamentária para toda administração pública federal. Não diferente dos outros setores, as Universidades Federais, indistintamente, também integram o projeto de ajuste fiscal em curso, o que tem exigido, igualmente destas instituições, um rigoroso acompanhamento da evolução das despesas e a adoção de medidas de ajuste orçamentário.

Os reitores das Universidades Federais colocam-se atentos à situação e têm acompanhado este cenário econômico promovendo debates e buscando soluções para a atipicidade do quadro financeiro destas instituições. A Diretoria da Andifes, em cumprimento das decisões do Conselho Pleno, atua junto ao Ministério da Educação (MEC) para subsidiá-lo com dados e diagnósticos sobre as pendências orçamentárias e levar as demandas que precisam de atenção mais urgente.

A interlocução ocorrida desde o final de 2014, entre a Andifes e o MEC, aponta para a necessidade de que a negociação da equipe do Ministério com a área econômica do Governo Federal se realize de forma ininterrupta, a fim de minimizar nas Universidades Federais os reflexos negativos do atual cenário econômico. No entanto, a postura de rigor no controle dos gastos públicos não direciona, ainda, para uma solução mais imediata. Nesse cenário, mesmo com o desaquecimento da economia, que tem levado as Universidades Federais a se adequarem ao ajuste fiscal, a Andifes mantém a expectativa de que o orçamento do MEC seja preservado, bem como, tem advogado a coerência do discurso das autoridades em que a educação brasileira é posta como prioridade do atual governo por meio do lema: *Brasil Pátria Educadora*.

As definições mais precisas de como ficará o orçamento de 2015 dependem da aprovação, no Congresso, da Lei Orçamentária Anual da União (LOA), prevista para acontecer nas próximas semanas. Paralelo à tramitação

legislativa da lei do orçamento, o Governo Federal editou a Medida Provisória 667/15, que concede crédito extraordinário para gastos de até R\$ 74 bilhões, em investimentos (obras). Em reunião do último dia 10 com o secretário executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa, foi garantido que haveria repasse de recursos para as universidades em decorrência dessa MP, o que de fato veio a ocorrer no dia 13.

Outra medida que demonstra restrição na execução do orçamento, visando equilibrar as contas públicas até a aprovação da LOA, veio com o Decreto 8.389/15. O dispositivo legal, que atinge todas as Universidades Federais, bloqueia provisoriamente parte das dotações orçamentárias, disponibilizando a parcela mensal de um 18 avos, de outros custeios, do orçamento previsto para este ano, e não mais um 12 avos como prevê a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Com este decreto, o MEC foi a pasta mais afetada em termos absolutos, ficando sujeito a um corte de R\$ 7 bilhões.

A Andifes tem buscado, incansavelmente, junto ao Governo Federal uma solução para amenizar o impacto do desequilíbrio nas contas das universidades. Em todas as oportunidades de diálogo com o Poder Executivo, o conjunto de reitores tem reforçado a importância da missão das Universidades Federais para o desenvolvimento econômico e social do país e para as políticas educacionais implementadas nos últimos anos pelo Governo, e sobretudo para o cumprimento das metas e do cronograma do Plano Nacional de Educação (PNE)

A situação anômala da economia brasileira parece pesar mais fortemente para as Universidades Federais, que passaram nos últimos 12 anos por um processo de forte expansão, crescimento orçamentário e resguardadas de qualquer tipo de contingenciamento ou cortes. Este processo de expansão induziu administrações com planejamento e sempre no rumo da boa governança do modelo do ensino superior público federal. Novos campi foram criados, um grande número de servidores técnico-administrativos e docentes foram contratados, aumentou-se em mais de 500.000 o número de estudantes matriculados e, mais importante, as Universidades Federais aprimoraram a excelência nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Andifes reconhece, no entanto, a necessidade e disposição do Governo Federal em equilibrar as contas públicas, mas coloca-se preocupada com os impactos já sentidos por toda comunidade acadêmica. Assim como

sempre foi feito, a Associação manterá o diálogo equilibrado e propositivo para buscar alternativas que solucionem as dificuldades. A Andifes está confiante na posição do Governo em superar os problemas e confirmar os compromissos pactuados entre as universidades e o MEC, nas gestões dos ministros Fernando Haddad, Aloiso Mercadante e Henrique Paim, e assim manter a educação como prioridade na retomada do crescimento.

Como resultado do empenho da Andifes para solucionar as pendências orçamentárias temos, até esta data, a disposição do MEC de repassar, no mês de fevereiro, um volume maior que um 18 avos, de limite e financeiro, para custeio. Semanalmente pode ocorrer repasse do valor arrecadado pela fonte 250, até o limite de um 18 avos para o mês. Por fim foi afirmado o compromisso de realocar os recursos de capital e custeio não liberados em 2014, durante os anos de 2016 e 2017.

Atenciosamente,



Reitor Targino de Araújo Filho
Presidente da Andifes

Para: Reitores e Reitoras.

OFCAND 002/2015 – IM.